

A IMPORTÂNCIA DE IMPLEMENTAR EFETIVAMENTE AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SUCUPIRA DO NORTE-MA.

Janaina Duarte R. dos Santos

No Brasil, a BNCC- Base Nacional Comum Curricular de 2019, possui 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, dentre as quais estão as competências socioemocionais. Portanto, no Brasil, desde 2020, todas as escolas devem contemplar tais competências em seus currículos. Diante da afirmação anterior, para a implementação efetiva dessas competências, é necessário conhecer mais sobre a educação socioemocional e sua importância para o processo ensino-aprendizagem.

Compreender o conceito de competências socioemocionais, é hoje uma necessidade, porque envolve o estudo das emoções. Ao longo da história, muitos estudos relacionados aos sentimentos e emoções foram realizados e os mesmos foram abordados de diferentes perspectivas: da neuropsicologia, da biologia, da psicopedagogia, da cultura, etc. Dentre todas essas abordagens, limita-se nesse contexto àquelas voltadas para as competências socioemocionais no contexto escolar do município de Sucupira do Norte, estado do Maranhão. O que nos remete a uma abordagem direta das novas diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta de Educação para o século XXI (proposta pela UNESCO).

Como citado na própria BNCC (2019), a sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo. Neste novo cenário comunicar-se, ser criativo, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, ser analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável e requer muito mais do que o acúmulo de informações. Nesse contexto, a BNCC afirma, de

maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BNCC, 2019). Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que significa privilegiar não só a dimensão intelectual (cognitiva) mas, também, a dimensão afetiva.

Ao focar nas escolas municipais da Educação Básica, do município de Sucupira do Norte, uma pequena cidade situada no nordeste do Brasil, especificamente no sul do estado do Maranhão, com uma população estudantil totalizando 2.238 estudantes, atendidos em todas as modalidades da educação básica. Levando em consideração sua localização, por se tratar de um município pequeno, de aproximadamente 10.630 habitantes, onde a economia gira basicamente em torno do comércio local e do agronegócio, principalmente na plantação, cultivo e exportação da soja. Tendo em vista uma população ainda carente, onde grande parte é beneficiária dos programas financeiros do governo federal, mas com uma significativa riqueza cultural, tanto pela sua localização como pela história de toda sua evolução até a oficial emancipação e por consequência de estar localizada em uma das regiões brasileiras de maior diversidade cultural, o Nordeste. O objetivo deste estudo, reside primeiramente, buscar-se conhecer a Proposta Pedagógica do município e os currículos escolares e avaliar como estão sendo trabalhados nas escolas a efetivação das competências socioemocionais.

Em segundo lugar, procura-se entender os obstáculos para uma implementação efetiva destes currículos, no que diz respeito as competências socioemocionais dentro das escolas. O estudo visa propor sugestões para efetivação das competências socioemocionais nas escolas de Sucupira do Norte-MA, as quais, fundamentadas em observações, questionamentos e

pesquisas de campo, embasadas nos documentos legais: BNCC (Base Nacional Comum Curricular), LDB- Lei n.º 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), PNE de 2014 e no DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense).

A pesquisa adotou duplo sistema de abordagem. Qualitativo, onde foram realizadas rodas de conversas e entrevistas com alunos, professores e com as famílias. Abordando temas e questionamentos relacionados ao processo ensino-aprendizagem, como: conhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos por toda comunidade escolar, reconhecimento e efetivação das ações e políticas propostas por cada escola no seu dia a dia e sobre a eficácia das ações desenvolvidas dentro de cada escola para o desenvolvimento das competências socioemocionais. Quantitativamente, foram analisados dados reais dos indicadores das escolas municipais desde fluxo até os resultados dos últimos 3 anos (2020 a 2022), juntamente com a aplicação de questionários de análise e satisfação entre a comunidade escolar. Fornecendo assim uma visão, também, quantitativa que favorece a eficácia das sugestões para efetivação de práticas que visem a importância da implementação das competências socioemocionais no processo educativo.

As rodas de conversas e entrevistas foram desenvolvidas para se ter uma visão plural e também, singular e integral da criança e do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem, a fim de promover uma escuta voltada ao desenvolvimento pleno, ao acolhimento, ao reconhecimento em suas singularidades e diversidades. Na certeza de que a escola é um importante espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, que devem priorizar atividades que fortaleçam à prática coercitiva da não discriminação, não ao preconceito e de respeito às diferenças e diversidades.

Tendo como referência, a Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade. No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem

construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza. (BNCC, 2019).

Em Sucupira do Norte, acredita-se que não diferente da realidade de muitas escolas brasileiras, ao longo desta pesquisa, observou-se que há uma naturalização nas desigualdades educacionais tanto em relação ao acesso à escola como, a permanência dos estudantes e ao seu aprendizado significativo. Todavia, o que ficou visivelmente reconhecido em meio as atividades realizadas para esta pesquisa, tanto nas rodas de conversa como nos questionários, foi que, as inúmeras dificuldades observadas entre os grupos de estudantes definem-se também por condição socioeconômica, mas principalmente, por falhas na educação eficiente em relação às competências socioemocionais tanto nos profissionais, como nos estudantes e suas famílias.

Diante desse fato, sugere-se que as decisões curriculares e didático-pedagógicas da Secretaria de Educação do Município, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares, as rotinas e os eventos do cotidiano das escolas devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, a sugestão é que, os sistemas, as redes de ensino e as instituições escolares devam planejar com um claro foco na equidade, onde sejam levadas em consideração todas as competências gerais da BNCC e consequentemente dentre elas, um olhar cuidadoso para as competências socioemocionais, as quais pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. De forma

particular, um planejamento com foco na equidade exige um claro compromisso que todas as escolas devem assumir, o de reverter a situação de naturalização da evasão escolar e de exclusão histórica que marginaliza grupos dos nossos estudantes e conseqüentemente da nossa sociedade. Somente dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica, como assim é mencionado e orientado pela LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) e pelas DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais).

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1985, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). Resume-se que nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para o desenvolvimento da questão curricular. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico e o que é diverso: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Quando se diz que os conteúdos curriculares estão a serviço do

desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que: os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). Acredita-se que esta orientação chegou a incentivar à escolha do DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense), como Proposta Pedagógica da rede de Ensino de Sucupira do Norte- MA, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e homologado por meio de resolução n.º 01/2021 emitida pelo CME (Conselho Municipal de Educação), o reconhecimento e a aprovação do mesmo, como Proposta Pedagógica legítima do município de Sucupira do Norte-MA, com a justificativa de que o DCTMA, abrange todo o território maranhense, com suas especificidades e contempla toda a diversidade regional. Porém, um dos obstáculos persistente é que, há uma falta de entendimento de que o conhecimento curricular deve ser contextualizado pela realidade local, social e individual de cada município, de cada escola e do seu alunado, isso é que foi pensado ao criar as diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000. Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB n.º 7/20106.

Em 2014, a Lei n.º 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Além disso, leva-se em conta após análise dos resultados das conversas e questionários realizados com os alunos das escolas municipais de Sucupira do Norte, que será necessária uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo organizado e integrado num trabalho de equipe. Enfim, busca-se um ensino de qualidade, capaz de formar cidadãos que interfiram criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para fazer parte dela.

Com os resultados obtidos e referindo-se ao que diz a BNCC, os estudantes precisam ser capazes de: conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana. Reconhecem, assim, suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas; exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos; agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Com os resultados dado diálogo realizado nas rodas de conversa com os pais, percebeu-se que há um impacto positivo na absorção do conhecimento e é possível reduzir

casos de indisciplina tanto na escola quanto em casa. As competências socioemocionais influenciam a vida de forma integral.

Baseando-se nas competências socioemocionais sugeridas e trabalhadas pela CASEL- (organização internacional, sediada em Chicago, nos EUA, que significa Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning. Sendo uma das principais autoridades no avanço da Aprendizagem Socioemocional (SEL) em educação, fundada em 1994); a BNCC lista cinco competências socioemocionais, relacionadas diretamente às diretrizes da educação básica no Brasil. Essas devem ser trabalhadas com todas as crianças e jovens, desde o Ensino Fundamental. São elas: autoconsciência; autogestão; consciência Social; habilidades de Relacionamento; tomada de decisão Responsável.

Na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação.

Entende-se então que, não diferente de todas as escolas do Brasil, em Sucupira do Norte, as escolas devem assumir o compromisso de possibilitar um processo de ensino e aprendizagem com metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de aprendizagens na construção do conhecimento, na construção de argumentação, no desenvolvimento de espírito crítico, na compreensão dos limites. Hoje, mais do que nunca, as escolas necessitam assumir-se como espaço social de construção dos significados constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) — documento do MEC, norteia e normatiza a Educação no Brasil. Aprovada em 2017, com implementação iniciada em 2019 em todo o Brasil, declarou que todas as escolas devem contemplar as competências socioemocionais em seus currículos.

Diante dessa decisão, é essencial que tanto as escolas quanto os responsáveis por alunos conheçam mais sobre a importância da educação socioemocional. Só assim há a possibilidade de melhorar o caminho de como trabalhar tais competências nas escolas.

A investigação também aponta a importância do desenvolvimento profissional contínuo e eficaz para professores, coordenadores e diretores implementarem com sucesso as competências socioemocionais nas escolas. Os professores precisam de formação para compreender como implementar eficazmente tais competências para seu alunado, porém, após as conversas dirigidas com os profissionais da educação observa-se que o conhecer e o desenvolver dessas competências emocionais, é benéfico para o próprio bem-estar dos professores envolvidos, levando a qualidade de ensino e assim melhorar os resultados dos alunos. Tal como os professores, os diretores raramente receberam a formação ou a orientação necessária para os preparar para uma implementação eficaz de tais competências e para criar ambientes escolares atenciosos e de apoio, as formações e capacitações devem ser dirigidas para toda comunidade escolar.

Há muitos anos, tem sido observado por acadêmicos e profissionais que as emoções são importantes e eficazes e hoje é sustentada a ideia de que os ambientes escolares que adotam uma visão ampla e uma série de políticas e práticas que apoiam o desenvolvimento integral do seu alunado e que complementam e reforçam atividades de atenção emocional como: escuta ativa, recreação, assistência psicológica, etc. demonstra uma melhoria contínua no aprendizado.

Embora haja muitos estudos de alta qualidade sobre a importância de cuidar das emoções e a comprovação de que as competências socioemocionais, é algo promissor, que desenvolvem uma forte base de evidências, este estudo ainda mostra muitas fraquezas no dia a dia das escolas sucupirenses. Objetiva-se, com os fatos demonstrados, que devam ser examinados os impactos no desenvolvimento ao longo do tempo. A investigação precisa de

identificar às melhorias de ações e iniciativas que promovam a equidade e a efetivação de qualidade das competências socioemocionais dentro das escolas municipais do município de Sucupira do Norte-MA.

As estratégias pedagógicas devem favorecer, e muito, o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Baseadas em metodologias ativas como sala de aula invertida, espaços que incentivem a busca pelo conhecimento com os estudos individuais e mentorias.

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores. É um avanço, é um documento relevante, pautado em altas expectativas de aprendizagem, que deve ser acompanhado pela sociedade para que, em regime de colaboração, faça o país avançar. Assim como aconteceu na etapa já homologada, a BNCC passa agora às redes de ensino, às escolas e aos educadores. Cabe a cada protagonista da educação assumir o seu lugar e ser um grande parceiro no processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula. Somente assim assumindo e cumprindo o compromisso da equidade é que as escolas de Sucupira do Norte alcançarão sucesso para desenvolver eficazmente tais competências.

Existe um consenso entre educadores e pais de que a educação deve centrar-se no apoio a capacidades essenciais para ajudar os alunos a navegar com sucesso pelo mundo. Esta noção ampla de educar o “aluno como um todo” geralmente inclui pelo menos as habilidades para: (1) desenvolver relacionamentos pessoais saudáveis, (2) tratar os outros com respeito e dignidade, (3) desenvolver a capacidade cognitiva para resolver problemas e pensar criativamente, (4) ter sucesso no ensino superior e no mercado de trabalho e (5) ser um cidadão contribuinte numa democracia. Para nutrir estas capacidades, as escolas devem ser espaços saudáveis e atenciosos que criem um clima de apoio a caminhos equitativos para os

alunos alcançarem estes objetivos, criando ao mesmo tempo, um ambiente de aprendizagem desafiante e dinâmico, estabelecendo padrões de aprendizagem dos alunos, adotando e alinhando programas baseados em evidências para desenvolver competências sociais e emocionais nas salas de aula e em toda a escola.

Para os educadores fica o desafio de alinhar as práticas de sala de aula (e fora de sala de aula) com os pressupostos aqui apresentados, relacionados às competências socioemocionais, com a certeza de que a mudança alcançada não apenas auxiliará no desempenho acadêmico e cognitivo dos alunos, mas também promoverá um clima escolar mais respeitoso e empático (combatendo o bullying) com impactos em toda a vida dos alunos e da sociedade. Além do que está previsto na Base, o professor precisa desenvolver competências profissionais específicas para dar conta da complexidade de ensinar, dentre as quais destacamos: compreensão do seu papel (e atuação) enquanto mediador, e não como transmissor de conhecimentos; capacidade de trabalhar em grupo; e capacidade de enxergar seus alunos na sua diversidade e atuar conforme o percurso de cada um, ao invés de tentar impor um único ritmo a todos. Trata-se de romper com que Flavia Terigi chama de monocronia da aprendizagem, conceito com que nomeou a tendência da escola de tratar todas as crianças e estudantes como se fossem iguais e almejando que tenham as mesmas aprendizagens ao mesmo tempo.

Para as escolas fica a necessidade de criar estratégias eficazes para comunicar frequentemente com os pais para estabelecer parcerias que melhorem a competência social e emocional e o comportamento positivo de todos os envolvidos, pois comprovadamente, por décadas de estudo e pesquisa, o envolvimento dos pais e da família, baseado em evidências de alta qualidade, bem como a aprendizagem social e emocional, têm amplos impactos positivos no desempenho acadêmico, na saúde mental e em muitos outros fatores dos alunos.

Para a Secretaria Municipal de Educação fica a sugestão de possibilitar a implementação e coordenação de serviços especializados de saúde mental para criar abordagens alinhadas para desenvolver as competências dos alunos e gerir o seu comportamento em diferentes contextos; e estabelecendo uma comunidade de aprendizagem entre os funcionários das escolas para incentivar a reflexão e o uso de informações adquiridas para melhoria da prática em sala de aula e conseqüentemente nos resultados dos alunos. À medida que os alunos continuam a recuperar acadêmica, social e emocionalmente da pandemia da COVID-19, parcerias fortes entre escola e família podem promover os ambientes de aprendizagem de que os alunos necessitam para terem sucesso. De acordo com Cláudia Melo, psicóloga pela Universidade Estácio de Sá e especialista em crianças e adolescentes, os problemas emocionais no ambiente escolar incluem ansiedade, depressão, estresse, baixa autoestima e problemas de relacionamento. Esses problemas podem afetar o desempenho acadêmico e a saúde mental dos alunos. Afirma ainda que para auxiliar os estudantes em momentos difíceis, um psicólogo escolar tem um papel fundamental. “Ele pode ajudar os alunos de várias maneiras, incluindo aconselhamento individual ou em grupo, intervenções em sala de aula e programas de prevenção. O objetivo é ajudar os alunos a lidar com problemas emocionais e comportamentais, melhorar o desempenho acadêmico e desenvolver habilidades sociais”, declara.

A Rede Municipal de Sucupira do Norte necessita tomar decisões baseadas sobre a sua eficácia num determinado contexto escolar, os líderes devem avaliar continuamente as perspectivas das partes interessadas, a implementação dos currículos, os resultados das escolas, os recursos escolares, as novas políticas, assim como identificar os avanços e retrocessos. De acordo com uma análise do “Globo” dos dados do Censo Escolar de 2022, a proporção de psicólogos em escolas é de apenas 0,05% em relação ao número total de estudantes matriculados, o que equivale a menos de 0,1%. Isso significa que existem apenas

24.434 profissionais atuando em escolas para um total de 47,4 milhões de alunos matriculados nos ensinos infantil, fundamental e médio.

No complexo universo da educação brasileira, a saúde mental emerge como um desafio urgente, um ponto crítico que afeta diretamente o desempenho tanto dos estudantes quanto dos professores. Segundo uma pesquisa conduzida pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em parceria com a organização Itaú Social, a saúde mental figura como a maior dificuldade para 75% das redes de ensino nos últimos anos do ensino fundamental na rede pública do Brasil. Este dado preocupante é acompanhado pela constatação de que a falta de envolvimento familiar, mencionada por 74,1% dos respondentes, adiciona uma camada adicional de complexidade, transformando-se em um significativo obstáculo para a trajetória educacional nos próximos anos. Os dados coletados e analisados em Sucupira do Norte não se diferem do restante do Brasil, lógico que em menores proporções, mas concordando com todas as dificuldades citadas acima.

Os resultados deste estudo emanam de uma análise que envolveu 90% dos professores e 70% dos alunos da rede de ensino de Sucupira do Norte, e de aproximadamente 50% das famílias. Apesar da crescente notoriedade do tema da saúde mental nas escolas, a pesquisa revela que apenas 11% das escolas municipais de ensino oferecem espaços “somente às vezes” para diálogos e ações relacionadas à saúde mental dos estudantes.

A dimensão do problema é ampliada quando se observa que, no âmbito do convívio familiar apenas, 24% da rede realiza ações para o fortalecimento da relação entre famílias, escola e comunidade “somente às vezes” ou, em alguns casos, “raramente”.

Para concluir, a educação socioemocional refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável. Para que isso ocorra, é fundamental a promoção da educação socioemocional nas mais diferentes situações, dentro e fora da escola. O grande desafio que se configura atualmente é investir nas

competências cognitivas/acadêmicas e também nas competências socioemocionais. Quanto a essa questão, aponta-se que tal investimento beneficia o aluno não apenas no desenvolvimento dessas competências, mas também no desempenho escolar de modo geral e na manutenção de uma sociedade pró-social. Portanto, para que as competências socioemocionais sejam trabalhadas no contexto escolar do aluno do século XXI, nas escolas municipais de Sucupira do Norte- MA, elas devem ser o foco de qualquer proposta curricular que seja delineada a partir da BNCC. Para haver superação dos obstáculos descritos, exige-se compromisso político, competência dos profissionais e criação de condições, tanto na formação como no cotidiano da escola, para o diálogo, o (re)pensar e a criação de caminhos que respeitem todos os integrantes da comunidade escolar.